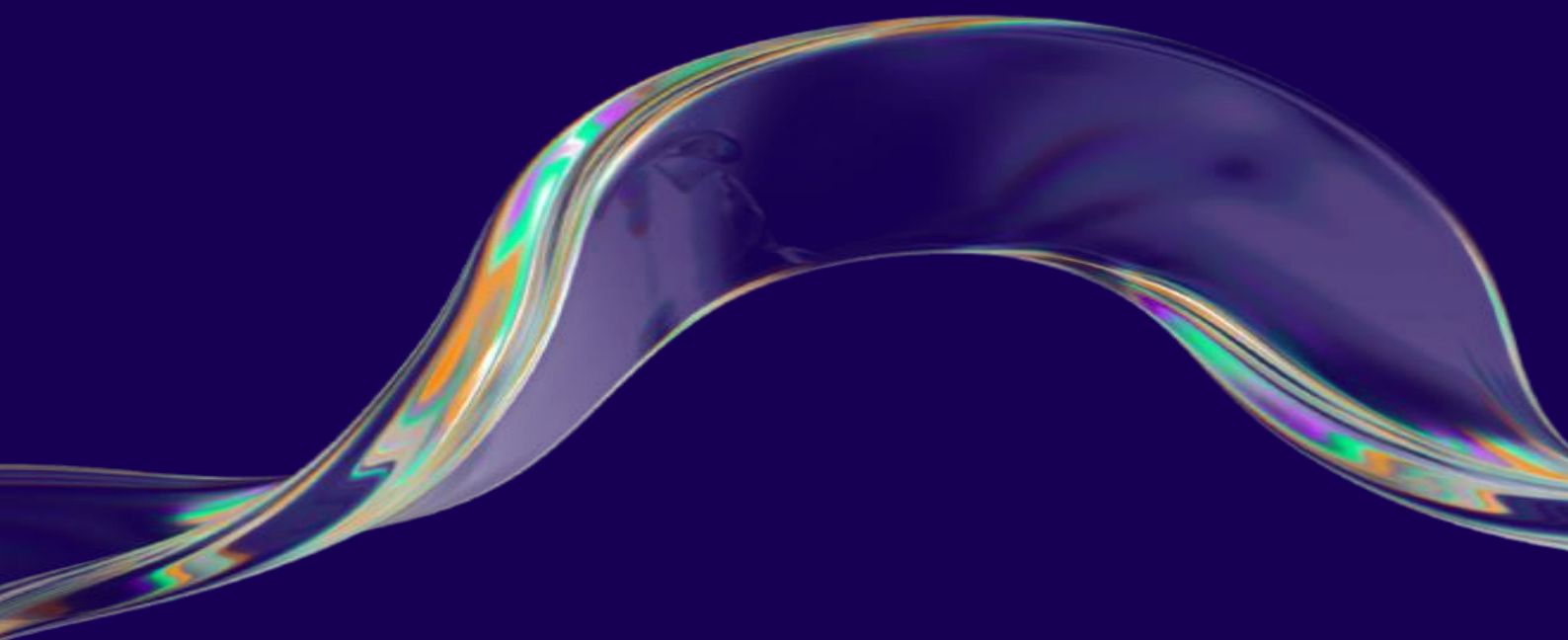


**Ventos de São Ricardo 10 Energias  
Renováveis S.A.**



**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2025 e relatório dos  
auditores independentes**



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas  
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as notas explicativas 5 e 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia realiza transações em montantes significativos em relação à sua posição patrimonial e financeira e aos resultados de suas operações. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de abril de 2025, sem ressalvas.



Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante




Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2026

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior  
Contador CRC 1BA018245/O-1

## Índice

Demonstração do resultado .....	3
Demonstração do resultado abrangente .....	4
Demonstração dos fluxos de caixa .....	5
Balço patrimonial .....	6
Demonstração das mutaões do patrimônio líquido .....	7

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais .....	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	9
3	Novas normas, alterações e interpretaões de normas emitidas pelo CPC e IASB .....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos .....	10
5	Receita .....	11
6	Custos e despesas .....	12
7	Resultado financeiro líquido .....	12
8	Caixa e equivalentes de caixa .....	12
9	Aplicaões financeiras .....	13
10	Fundo de liquidez – conta reserva .....	13
11	Qualidade de créditos dos ativos financeiros .....	14
12	Contas a receber de clientes .....	14
13	Imobilizado .....	15
14	Provisões para litígios .....	16
15	Obrigaões com desmobilização de ativos .....	16
16	Partes relacionadas .....	17
17	Fornecedores .....	17
18	Imposto de renda e contribuição social .....	17
19	Patrimônio líquido .....	18
20	Instrumentos financeiros e gestão de risco .....	19

**Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
 Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita líquida	5	42.523	19.095
Custo com energia elétrica	6	(7.108)	(3.085)
Custo com operação	6	(14.435)	(9.773)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.980</b>	<b>6.237</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	6	(113)	(91)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(41)	(1)
		(154)	(92)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>20.826</b>	<b>6.145</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>			
Receitas financeiras	7	1.651	134
Despesas financeiras		(279)	(365)
		1.372	(231)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>22.198</b>	<b>5.914</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Correntes	18	(2.077)	(467)
Diferidos	18	-	(205)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>20.121</b>	<b>5.242</b>

**Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais

---

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício	20.121	5.242
Resultado abrangente do exercício	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>20.121</b>	<b>5.242</b>

**Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>22.198</b>	<b>5.914</b>
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias		(204)	-
Depreciação e amortização	6	11.747	8.148
Baixa de ativo imobilizado e intangível		36	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(812)	(55)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	185	-
		<u>33.150</u>	<u>14.007</u>
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>			
Contas a receber de clientes		(5.534)	(3.767)
Tributos a recuperar		(130)	(14)
Demais créditos e outros ativos		111	(943)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>			
Fornecedores		2.196	10.783
Tributos a recolher		(592)	(307)
Demais obrigações e outros passivos		26	2.323
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) operações</b>		<u>29.227</u>	<u>22.082</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.481)	172
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<u>27.746</u>	<u>22.254</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(1.872)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		6.182	(10.476)
Aquisição de imobilizado e intangível		(6.432)	(54.787)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		<u>(2.122)</u>	<u>(65.263)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	1.1.1 (a)	13.500	44.675
Redução de capital	1.1.1 (a)	(31.830)	-
Pagamento de dividendos		(99)	-
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<u>(18.429)</u>	<u>44.675</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		<u>7.195</u>	<u>1.666</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>1.707</u>	<u>41</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u><b>8.902</b></u>	<u><b>1.707</b></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.**  
**Balço patrimonial**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.902	1.707
Aplicações financeiras	9	2.076	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	5.161	-
Contas a receber de clientes	12	9.301	3.767
Tributos a recuperar		149	19
Outros ativos		837	948
		<u>26.426</u>	<u>6.441</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	-	10.531
		-	<u>10.531</u>
Imobilizado			
Intangível	13	283.201	289.601
		233	273
		<u>283.434</u>	<u>289.874</u>
<b>Total do ativo</b>		<b><u>309.860</u></b>	<b><u>306.846</u></b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Circulante			
Fornecedores	17	16.315	15.208
Tributos a recolher		703	494
Dividendos a pagar	16	383	99
Outros passivos		33	-
		<u>17.434</u>	<u>15.801</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	205
Obrigações com desmobilização de ativos	15	2.542	2.357
Outros passivos		4	11
		<u>2.546</u>	<u>2.573</u>
<b>Total do passivo</b>		<b><u>19.980</u></b>	<b><u>18.374</u></b>
Patrimônio líquido			
Capital social	19	265.038	283.368
Reservas de lucros		24.842	5.104
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>289.880</u></b>	<b><u>288.472</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u>309.860</u></b>	<b><u>306.846</u></b>

**Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais**

	Nota	Capital social	Reserva de lucros				Patrimônio Líquido
			Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>227.743</b>	<b>10.950</b>	-	-	<b>(39)</b>	<b>238.654</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.242	5.242
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.242</b>	<b>5.242</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>							
Aumento de capital		55.625	(10.950)	-	-	-	44.675
<b>Destinação do resultado do exercício</b>							
Constituição de reserva estatutária de investimento		-	-	4.844	-	(4.844)	-
Constituição de reserva legal		-	-	-	260	(260)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(99)	(99)
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>55.625</b>	<b>(10.950)</b>	<b>4.844</b>	<b>260</b>	<b>(5.203)</b>	<b>44.576</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>283.368</b>	<b>-</b>	<b>4.844</b>	<b>260</b>	<b>-</b>	<b>288.472</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.121	20.121
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.121</b>	<b>20.121</b>
<b>Demais mutações patrimoniais do exercício</b>							
Aumento de capital	1.1.1(a)	13.500	-	-	-	-	13.500
Redução de capital	1.1.1(a)	(31.830)	-	-	-	-	(31.830)
<b>Destinação do resultado do exercício</b>							
Constituição de reserva estatutária de investimento	19(c)	-	-	18.732	-	(18.732)	-
Constituição de reserva legal	19(c)	-	-	-	1.006	(1.006)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19(c)	-	-	-	-	(383)	(383)
<b>Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas</b>		<b>(18.330)</b>	<b>-</b>	<b>18.732</b>	<b>1.006</b>	<b>(20.121)</b>	<b>(18.713)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>265.038</b>	<b>-</b>	<b>23.576</b>	<b>1.266</b>	<b>-</b>	<b>289.880</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Considerações gerais

A Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de Lajes, estado do Rio Grande do Norte, tem por objeto social a implantação e exploração do parque eólico "Ventos de São Ricardo 10", além da produção e comercialização de energia elétrica a partir da fonte eólica. A Companhia é produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos contados a partir de novembro de 2020.

A Companhia é controlada diretamente pela Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Tereza 07") e indiretamente pela Tucano Holding I S.A..

A Companhia possui outorga de geração de energia através da Portaria MME REA 9483/2020, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 45,6 MW e compõe o complexo eólico Cajuína.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

### 1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

#### 1.1.1 Principais eventos societários

##### (a) Movimentações do Capital social

Em 30 de junho de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 13.500, passando o capital social de R\$ 283.368 (dividido em 283.367.908 ações ordinárias) para R\$ 296.868 (dividido em 296.867.908 ações ordinárias). No mesmo dia também foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 15.850, passando o capital social de R\$ 296.868 (dividido em 296.867.908 ações ordinárias) para R\$ 281.018 (dividido em 281.018.314 ações ordinárias).

Em 18 de setembro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$ 15.980, passando o capital social de R\$ 281.018 (dividido em 281.018.314 ações ordinárias) para R\$ 265.038 (dividido em 266.083.330 ações ordinárias).

#### 1.1.2 Principais eventos operacionais

##### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

#### **(a) Demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC *Interpretations*") ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* ("SIC *Interpretations*") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **(b) Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 25 de março de 2026.

### **2.2 Base de apresentação**

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas

as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (“R\$”).

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

### (b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

### Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

## 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores,

incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
13	Imobilizado
14	Provisões para litígios
15	Obrigações com desmobilização de ativos

## 5 Receita

### Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

### Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

**Energia de curto prazo – CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2025	2024
<b>Receita bruta</b>			
<b>Venda de energia</b>			
Partes relacionadas	16	43.275	17.179
Energia de curto prazo – CCEE		1.302	1.667
		<u>44.577</u>	<u>18.846</u>
<b>Outras receitas</b>			
Outras receitas		-	825
		<u>44.577</u>	<u>19.671</u>
<b>Deduções sobre a receita bruta</b>			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(1.644)	(572)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(410)	(4)
		<u>(2.054)</u>	<u>(576)</u>
<b>Receita líquida</b>		<u><b>42.523</b></u>	<u><b>19.095</b></u>

O aumento da receita decorre, principalmente, da entrada em operação faseada dos ativos de geração eólica ao longo do exercício de 2024, refletindo a expansão gradual da capacidade instalada disponível para comercialização de energia, sendo que em 2025 o complexo encontra-se 100% em operação.

## 6 Custos e despesas

	2025		2024			
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(3.997)	-	-	-	(3.997)	(710)
Encargos de uso da rede elétrica	(3.111)	-	-	-	(3.111)	(2.375)
Depreciação e amortização	-	(11.709)	(38)	-	(11.747)	(8.148)
<b>Materiais</b>	-	<b>(18)</b>	-	-	<b>(18)</b>	-
Materiais	-	(18)	-	-	(18)	-
<b>Serviços</b>	-	<b>(1.604)</b>	<b>(65)</b>	-	<b>(1.669)</b>	<b>(556)</b>
Serviços de operação e manutenção	-	(1.529)	-	-	(1.529)	-
Serviços de terceiros	-	(75)	(65)	-	(140)	(556)
<b>Outros</b>	-	<b>(1.104)</b>	<b>(10)</b>	-	<b>(1.114)</b>	<b>(1.160)</b>
Aluguéis e arrendamentos	-	(630)	-	-	(630)	(162)
Seguros	-	(440)	-	-	(440)	(998)
Impostos, taxas e contribuições	-	(34)	-	-	(34)	-
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(10)	-	(10)	-
<b>Demais (despesas) receitas</b>	-	-	-	<b>(41)</b>	<b>(41)</b>	<b>(1)</b>
Outras (despesas) receitas líquidas	-	-	-	(41)	(41)	(1)
	<u><b>(7.108)</b></u>	<u><b>(14.435)</b></u>	<u><b>(113)</b></u>	<u><b>(41)</b></u>	<u><b>(21.697)</b></u>	<u><b>(12.950)</b></u>

## 7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		1.649	131
Outras receitas financeiras		2	3
		<u>1.651</u>	<u>134</u>
<b>Despesas financeiras</b>			
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	15	(185)	-
Outras despesas financeiras		(94)	(365)
		<u>(279)</u>	<u>(365)</u>
		<u><b>1.372</b></u>	<u><b>(231)</b></u>

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média de 98,77% do CDI. (94,85% em 31 de dezembro de 2024).

	2025	2024
<b>Caixa</b>		
Caixa e bancos	5.193	606
	<u>5.193</u>	<u>606</u>
<b>Equivalentes de caixa</b>		
Quotas de fundos de investimentos (i)	3.678	-
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	31	1.101
	<u>3.709</u>	<u>1.101</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>8.902</u>	<u>1.707</u>

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, majoritariamente, ao Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

## 9 Aplicações financeiras

### Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 99,69% do CDI.

	2025	2024
<b>Aplicações financeiras</b>		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	1.275	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	801	-
	<u>2.076</u>	<u>-</u>

## 10 Fundo de liquidez – conta reserva

### (a) Composição

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores em fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração de 95,00% do CDI.

	2025	2024
<b>Fundo de liquidez - Conta reserva (i)</b>		
Circulante	5.161	-
Não circulante	-	10.531
	<b>5.161</b>	<b>10.531</b>

- (i) Refere-se a valores destinados a pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida obtidos pela controladora Ventos de Santa Tereza 07 como garantia e devem ser mantidos em contas restritas durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

## 11 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Rating local	
	2025	2024
AAA	16.139	12.238
	<b>16.139</b>	<b>12.238</b>

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

## 12 Contas a receber de clientes

### Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

### (a) Composição

	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 16)	9.154	3.458
Energia de curto prazo - CCEE	147	309
	<b>9.301</b>	<b>3.767</b>

### (b) Vencimentos de contas a receber

	2025	2024
A vencer	9.301	3.767
	<b>9.301</b>	<b>3.767</b>

## 13 Imobilizado

### Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (vide Nota 14 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

### Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício							
Custo	232.747	62.935	2.128	-	(70)	297.740	243.128
Depreciação acumulada	(6.387)	(1.691)	(61)	-	-	(8.139)	-
Saldo líquido no início do exercício	226.360	61.244	2.067	-	(70)	289.601	243.128
Adições	-	-	-	-	5.334	5.334	52.472
Depreciação	(11.331)	(343)	(54)	(6)	-	(11.734)	(8.139)
Remensurações (Nota 15)	-	-	-	-	-	-	2.128
Transferências	54.607	(56.537)	-	29	1.901	-	12
Saldo no final do exercício	269.636	4.364	2.013	23	7.165	283.201	289.601
Custo	287.354	6.398	2.128	29	7.165	303.074	297.740
Depreciação acumulada	(17.718)	(2.034)	(115)	(6)	-	(19.873)	(8.139)
Saldo líquido no final do exercício	269.636	4.364	2.013	23	7.165	283.201	289.601
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	3,0	3,0	6,0			

14 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda provável, no montante atualizado de R\$ 4 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui processos de natureza cível com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 287 (Saldo zero em 31 de dezembro de 2024).

15 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

#### (a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	2025	2024
Saldo no início do exercício	4.946	3.254	(5.843)	2.357	229
Atualização monetária (Nota 7)	37	130	-	167	-
Remensuração (Nota 13)	-	-	-	-	2.128
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	18	18	-
Saldo no final do exercício	<b>4.983</b>	<b>3.384</b>	<b>(5.825)</b>	<b>2.542</b>	<b>2.357</b>
Não circulante	4.983	3.384	(5.825)	2.542	2.357
	<b>4.983</b>	<b>3.384</b>	<b>(5.825)</b>	<b>2.542</b>	<b>2.357</b>

## 16 Partes relacionadas

### Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Contas a receber de clientes - Vendas (Nota 12 (a) e 5)</b>						
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	1.542	-	-	-	1.542	-
Auren Operações S.A.	-	-	-	-	3.788	2.027
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	7.612	3.458	-	-	37.945	15.152
	<b>9.154</b>	<b>3.458</b>	-	-	<b>43.275</b>	<b>17.179</b>
<b>Dividendos a pagar</b>						
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	-	-	383	99	-	-
	-	-	<b>383</b>	<b>99</b>	-	-
	<b>9.154</b>	<b>3.458</b>	<b>383</b>	<b>99</b>	<b>43.275</b>	<b>17.179</b>

## 17 Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de materiais e serviços	16.315	15.208
	<b>16.315</b>	<b>15.208</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 2.077 (R\$ 672 em 31 de dezembro de 2024).

(a) **Reconciliação**

	2025			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira e Outras Receitas Operacionais)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	44.577	44.577	1.651	1.651
% de Presunção da Base	8%	12%		
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>3.566</b>	<b>5.349</b>	<b>1.651</b>	<b>1.651</b>
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%
	10%		10%	
Outros	108	59	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>975</b>	<b>540</b>	<b>413</b>	<b>149</b>
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>975</b>	<b>540</b>	<b>413</b>	<b>149</b>

	2024			
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	15.366	15.366	39	39
% de Presunção da Base	8%	12%		
<b>Base de cálculo Presumida</b>	<b>1.229</b>	<b>1.844</b>	<b>39</b>	<b>39</b>
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%
	10%		10%	
Outros	22	(17)	-	-
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>304</b>	<b>149</b>	<b>10</b>	<b>4</b>
Diferido	133	72	-	-
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>437</b>	<b>221</b>	<b>10</b>	<b>4</b>

19 **Patrimônio líquido**

(a) **Capital social**

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 265.038 (R\$ 283.368 em 31 de dezembro de 2024), composto por 266.083.330 (283.367.908 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) **Reserva legal e reserva de retenção de lucros**

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

**(c) Distribuição de lucros**

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	20.121	5.242
Absorção de prejuízos acumulados	-	(39)
	<b>20.121</b>	<b>5.203</b>
Reserva legal - 5%	(1.006)	(260)
<b>Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)</b>	<b>19.115</b>	<b>4.943</b>
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 2% conforme estatuto	(382)	(99)
<b>(=) Saldo de lucros acumulados</b>	<b>18.733</b>	<b>4.844</b>
(-) Reserva de investimentos	(18.733)	(4.844)
<b>(=) Saldo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 2% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 383, reconhecido em dividendos a pagar.

**20 Instrumentos financeiros e gestão de risco**

**20.1 Instrumentos financeiros por categoria**

**(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

**(i) Custo amortizado**

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

**(ii) Valor justo por meio do resultado**

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

**(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração**

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2025	2024
<b>Ativos</b>			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 12)		9.301	3.767
		9.301	3.767
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	2	3.709	1.101
Aplicações financeiras (i) (Nota 9)	1	2.076	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (i) (Nota 10)	1	5.161	10.531
		10.946	11.632
		<b>20.247</b>	<b>15.399</b>
<b>Passivos</b>			
Ao custo amortizado			
Fornecedores (Nota 17)		16.315	15.208
Dividendos a pagar		383	99
		<b>16.698</b>	<b>15.307</b>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

## 20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

### (a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pela Diretoria. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

**(b) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>		
Fornecedores	16.315	16.315
Dividendos a pagar	383	383
	<b>16.698</b>	<b>16.698</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>		
Fornecedores	15.208	15.208
Dividendos a pagar	99	99
	<b>15.307</b>	<b>15.307</b>

**(c) Risco regulatório**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

**(d) Risco socioambiental**

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores há multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

**(e) Risco em renováveis não-hídricas**

**(i) Risco de não performance dos parques eólicos**

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

**(ii) Constrained-off de usinas eólicas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de

escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

**(f) Risco de mercado**

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

**(i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

### 20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

**Cenário I** - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

**Cenário II** - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

**Cenário III** - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Impactos no resultado					
			Cenário I			Cenários II & III		
			Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva	10.946	-73bps*	(80)	(408)	(815)	408	815

\* bps - basis points